

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

**DAS MEDIAÇÕES AO OBJETO: O PROCESSO MEDIACIONAL DAS
EXPOSIÇÕES NOS MUSEUS**

Modalidade de apresentação: comunicação oral

Luisa Maria Rocha – UNIRIO
luisa.rocha@yahoo.com.br

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo realizar uma reflexão crítica sobre o processo de mediação propiciador de um ciclo de transformações do estatuto, tempo e lugar do objeto museológico tendo como fundamentação teórica os estudos sociais de Bruno Latour. Ênfase será dada a esfera técnica da mediação e ao significado das ações de interferência, composição, entrelaçamento do tempo e espaço e transposição de fronteiras entre signos e coisas. Esta abordagem possibilita evidenciar a construção de uma “zona de troca” caracterizada pela articulação de saberes, práticas, valores e expressões dos agentes envolvidos nos processos comunicacionais de produção e circulação das exposições, em um determinado tempo e espaço. Esta “zona de troca” deve operar dialeticamente com a invariância de uma estrutura comunicacional, necessária para a comensurabilidade das linguagens e mundos, e a flexibilidade, importante para lidar a pluralidade de agenciamentos.

Palavras-chave: mediação; museu; zona de troca; Bruno Latour.

Abstract:

This work aims to make a critical reflection on the mediation process leading to a cycle of changes of status, time and place of the museological object having as theoretical foundation social studies of Bruno Latour. Emphasis will be given to the technical sphere of mediation and meaning of the actions of interference, composition, interweaving time and space, and boundary crossing between signs and things. This approach allows to highlight the construction of an "exchange zone" characterized by the articulation of knowledge, practices, values and expressions of agents involved in the communication processes of production and circulation of exhibitions, at a given time and space. This "exchange zone" must operate dialectically with the invariance of a communication structure necessary for the languages commensurability and worlds, and flexibility important for handling the plurality of assemblages.

Key words: mediation; museum; exchange zone; Bruno Latour.

1. Introdução

O processo de mediação das exposições dos museus é frequentemente associado ao trabalho de transposição de uma temática ou questão para o universo museográfico. Essa transposição tem sido embasada em concepções didáticas de caráter educativo ou de evento ou espetacularização, atualmente de cunho dramático ou tecnológico. Na visão dessa pesquisa, a mediação faz parte de um ciclo ininterrupto de transformações, que esconde um processo informacional e de mediação que perpassa uma multiplicidade de ações, de âmbito macro e micro, de difícil apreensão na sua totalidade.

A reflexão sobre a especificidade dos processos de mediação das exposições e as suas condições de possibilidade históricas não pode deixar de passar pela análise de um conjunto de operações ocorridas na construção de um discurso museográfico, com destaque para o papel dos objetos museológicos. Sua importância reside na possibilidade de harmonização dos planos metalinguísticos e de mediação, imprescindível para as ações coordenadas com fins ilocucionários das exposições.

Essa mediação envolve desde macro processos como a configuração de uma temática em questão expositiva, o estabelecimento de condições, regras e métodos negociados entre os diferentes agentes, a definição da proposta discursiva, até os micros processos, em particular o processo de mediação propiciador de um ciclo de transformações do estatuto, tempo e lugar do objeto museológico. Este último será analisado nesse trabalho a partir do olhar de Bruno Latour.

O segundo empiricismo, proposto por Latour, não se apóia num conceito unitário de razão, por isso mesmo abandona quaisquer referências entre assertivas e estado de coisas e, portanto, a um conceito de verdade. Apesar das grandes linhas conceituais que estabelecem as regras e os processos de legitimação dos espaços institucionais de exposição não serem objetos de preocupação deste autor, a análise dos processos de mediação e o encaminhamento dado a sua operacionalização nos permitem repensar as mediações e o objeto museológico. Este corpo teórico subsidia o olhar destes processos de mediação, até porque, como afirma como afirma González de Gómez (2006, p. 61), Latour encontra “na racionalidade discursiva uma instância integradora”, uma vez que será pelo discurso e interpretação que se pode reunir tanto o objetivismo quanto o subjetivismo, agregados e encarnados na experiência (LATOUR,

2005).

2. O processo de mediação

Esse trabalho ancora-se na importância da reflexão sobre os micros processos das práticas de mediação, tomando como unidade de análise tanto o social quanto o material, ou seja, “em termos de co-produção”. Como afirma o historiador da ciência, Dominique Pestre (1999, p.346):

“Esta história deve então ser simultaneamente uma história de práticas materiais e de interações complexas com o mundo – práticas que são, no entanto socialmente negociadas e cujo sentido não é unívoco – e uma história de práticas intersubjetivas culturalmente e socialmente definidas – práticas que são, no entanto marcadas materialmente por uma relação repetida e decisiva com objetos e com o mundo físico. Noutros termos, ela deve ser uma história da aculturação dos fazeres e dos dizeres em torno de aparelhagens e de corpos socialmente identificados.”

Apesar de assegurar a relevância dos macros processos de mediação, como os procedimentos de legitimação para a reunião de um coletivo em torno de um tema, concentramos esta abordagem nos estudos de Bruno Latour (2000), em particular nas práticas e processos de produção social, onde afloram novos problemas e objetos que configuram um espaço de interlocução e problematização comum. Por isso mesmo, sua análise é marcada pelo entrelaçamento do contexto da descoberta e da justificação, ambos de significativa importância para as práticas museológicas.

Na visão de Latour (2001, p.351), o termo mediação pode ser definido na esfera técnica como uma ação, quer seja de humanos ou não-humanos, que ultrapassa a sua função e condição. Nesse caso, indo além daquilo para o qual foi programado atribuímos à mediação o caráter de transformação. Por isso mesmo, o autor associa seu significado às ações de interferência; de composição; de entrelaçamento do tempo e espaço e de transposição da fronteira entre signos e coisas.

2.1 Interferência

A interferência como mediação técnica envolve a interrupção e o desvio do programa de ação¹ de um agente², que compreende objetivos, etapas e intenções específicas. A retomada do programa de ação depende de associações ou substituições caracterizadas por fusões capazes de gerar translações nos seu objetivo.

Na reflexão sobre as exposições, a interferência constitui parte do seu processo de mediação. Desde os objetivos, etapas e intenções traçadas pelos profissionais definindo conteúdo e forma dos suportes e objetos museográficos pela fusão das intenções e materiais, do invisível e do visível, até a sua posterior associação com os outros agentes, o público, com seus próprios programas de ação, percebemos sucessivas translações nos objetivos. Por exemplo, um aparato interativo em um museu de ciência tem seu programa de ação concebido em cima da transferência do plano de referência do cientista para o do objeto e deste para o público. Contudo, o uso do aparato por um agente com seu próprio programa de ação pode imprimir desvios e fusões que transcende aquela inicial.

Latour através das mediações de transferência mostra que a associação de objetos, conceitos e sujeitos não pode ser vista apenas como algo que cumpre sua função, mas que por terem seus programas de ações específicos quando associados podem transformar os objetivos iniciais. Nesse sentido, cada programa de ação sofre uma interferência podendo ocorrer múltiplas translações de objetivo.

No caso, a fusão dos agentes gera incerteza quanto ao objetivo a ser empreendido. Latour (2001, p.206) intitula de translação esta incerteza e a define como o “deslocamento, tendência, invenção, mediação, criação de um vínculo que não existia e que, até certo ponto, modifica os dois originais”. Esse novo agente fusionado pode transladar seu objetivo de três formas: retomar o objetivo inicial do agente aparato, cabendo o agente humano o papel de intermediário, uma vez que a vontade ou função do aparato supera a do humano; seguir o objetivo inicial do agente humano, tornando o aparato uma ferramenta; e criar um novo objetivo diferente daqueles dos agentes iniciais. Assim, o autor mostra que os agentes se definem tanto pelo que tem, como o aparato, quanto pelas associações estabelecidas no seu uso e antes dele.

Percebemos nas exposições a prevalência de um objetivo no aparato interativo quando, por exemplo, o público busca o que este tem de “interação”, como apertar uma sequência de botões *hands on*, mesmo que não pare e reflita sobre o que ocorre com o aparato. Da mesma

¹ Adotamos o conceito de “programa de ação” de Bruno Latour (2001) em função das numerosas e complexas interações entre seres humanos, coisas e instituições ocorridas no espaço museológico.

² Agente: o autor se refere a humanos e não humanos.

forma, a prevalência do objetivo humano pode ser vista quando alunos de escolas copiam os textos apresentados para sua utilização em testes ou arguições em sala de aula. Em ambos os casos não se forjaram novos objetivos surgidos da interação. A possibilidade de transformação de uma ferramenta para uma mediação, ou ainda, de um objetivo pré-definido para outro surgido na interação, pode ser observada quando um instrumento científico possibilita a um pesquisador iniciar um novo processo investigativo, no qual o cientista não busca pelo instrumento comprovar uma idéia, mas explorar a partir deste novas questões: “muito além de determinar o que pode ser feito, eles determinam o que pode ser pensado” (HELDER; HANKINS, 1994, p.4).

Para Bruno Latour (2001, p.208), ao estudar os agentes como proposições e, nesse caso, os dois estão em movimento e transformação, é possível pensar na articulação para formar algo novo ou um híbrido (artefato e humano). A concepção permite refletir sobre as operações de translação do agente individual para o coletivo ou ainda do objeto para a instituição, nas quais a responsabilidade pela ação reside entre os vários híbridos ou atuantes. Isso se coaduna com o trabalho de construção de uma questão expositiva na translação de um problema em questão pública, desta para representação de diferentes comunidades discursivas, expressas pela argumentação e pela cultura material, integrando um coletivo híbrido numa composição museográfica.

2.2 Composição

As ações de mediação de composição de Latour (2001, p.208) têm clara sintonia com os processos de elaboração de exposições. Elas envolvem a criação de uma nova articulação de conceitos, objetos, equipamentos, sujeitos, imagens, palavras, cores, em suma, humanos e não humanos distribuídos e encapsulados por práticas “cuja soma pode ser obtida, mas apenas se respeitarmos o papel mediador de todos os atuantes mobilizados na série”.

Na composição da mediação da exposição, o objetivo composto constitui a realização comum de cada um dos agentes curvados pelo processo de translações sucessivas. Então, painéis explicativos, imagens, objetos, monitores, seminários, atividades educativas, peças teatrais, dentre outros, constituem subprogramas encaixados uns nos outros formando um programa comum. Nesse caso, a “composição da ação” torna-se cada vez mais complexa e a sua realização depende de uma “associação de atuantes”, uma vez que cada agente, humano ou não-humano, encontra-se hibridizado pelas múltiplas translações e, portanto, está “autorizado, habilitado e capacitado pelos outros” (LATOUR, 2001, p.209).

Não se pode esquecer que o desvio é constituinte do objeto tanto na fabricação, no caso dos aparatos interativos, quanto no uso de um objeto do acervo museológico. Os aparatos interativos têm sua origem determinada por um desvio, uma vez que se constituem em uma construção material modelada a partir de um conhecimento científico e tecnológico com propósitos didáticos de “transferir” um determinado conceito ou teoria científica. Para tal, abandona-se a forma original do experimento realizado pelo cientista no processo de elaboração e demonstração de sua teoria com o intuito de facilitar e direcionar a sua compreensão. O desvio pode ser identificado quando um experimento realizado em uma determinada época e lugar não é o mesmo que um reproduzido na atualidade, uma vez que não foi feito do mesmo artigo, membros, atores, implementos, ações e proposições. Na realidade as duas proposições articulam algo diferente.

O mesmo se passa com o objeto, ainda que não seja materialmente produzido nos museus, o seu uso museológico remete a um desvio através da sua transformação em documento. Por sucessivos desvios nos agarramos a imagens, cartas, depoimentos, pessoas, objetos, conhecimentos, todos como recurso de mediação de atribuição de um sentido ao objeto, situando-o num tempo e lugar. Contudo, ao inseri-lo em uma exposição podemos usá-los como ferramenta, cumprindo a sua função que pode ser a de apresentar um conceito ou um sentido fixado, ou como um mediador, possibilitando na sua programação a abertura para a criação e produção de novos sentidos.

Concluimos que a mudança de intermediário para mediador alinha com a do potencial para o virtual³, movimento este que re-configura a própria instituição, a qual não pode prescindir da transformação sob pena do seu congelamento no tempo e espaço.

Na Museologia, a catalogação do objeto contempla o registro de sua trajetória desde o seu contexto de origem até o institucional. O procedimento serve de subsídio tanto para o processo de musealização quanto para a inserção do objeto no discurso expositivo que, no caso dos museus de ciência, privilegiam o contexto de sua descoberta ou produção. Assim, a proposta é que o objeto cumpra a sua função de representação⁴ de uma determinada teoria ou conceito “descoberto” em um contexto específico.

³ Ao trilhar o caminho aberto por Deleuze (1988) e Lévy (1993), torna-se importante definir os conceitos de potencial e virtual nas interações. Enquanto o primeiro é aquilo que já está completamente constituído, pré-determinado e definido, mas permanece sem existência ou materialidade aguardando a sua realização, o segundo, se define como um complexo problemático, “composto por um nó de tendências, forças e coerções acompanhando situações, acontecimentos, objetos e entidades” (LÉVY, 1996, p.16).

⁴ Representação entendida como um objeto simbólico que é colocado na ausência de algo com a atribuição de designar ou apontar para o representado.

Uma mudança de olhar empreendida pela historiadora Alda Heizer (2004, p.166/169), possibilita ampliar esta trajetória do objeto registrada na catalogação, uma vez que o compreende como objeto de conhecimento, rastreando seus “diferentes lugares e funções”, “circunstanciando-os” a ponto de “tomá-los como evidências das mudanças das práticas científicas”.

Essa abordagem serve de ponto de partida para pensar o objeto em sua trajetória de coletivos ou até mesmo institucional. Considerando que o objeto constitui uma resposta possível, em um dado contexto histórico-social, a uma questão que permanece na virtualidade e que, de tempos em tempos, produzem atualizações. As exposições como espaços capazes de re-apresentar estas atualizações temporárias e circunstanciais de questões virtualizadas, podem modificar, ampliar e reconfigurar os objetos na medida em que estabelecem novos vínculos e associações, com outros artefatos, pessoas, documentos, enfim, com outros coletivos que em determinado momento responderam a esta questão.

Ao transcender tempo e lugar, objeto e exposição se definem como mediadores capazes de ir além de suas funções, de representar ou transmitir um conceito, abrindo um espaço de problematização, um campo de significação que se define como uma “zona de troca”, capaz de dialogar, transformar e criar saberes, práticas, competências e habilidades uma vez que não se restringe a repetição de uma programação prevista, mas permanece aberta a novos sentidos e atualizações.

Na perspectiva de Habermas o objeto museológico, um painel, texto ou imagem, na qualidade de participe de processos de mediação, não define o tipo de comunicação nem a forma de integração dos espaços expositivos. Até mesmo o primado da garantia performática dada à referência semântica não é necessariamente modificado pelas mediações e regras de atribuição, ainda que estas cada vez mais se distanciem da prática cotidiana (HABERMAS, 2004, p.45). O decisivo será o tipo de comunicação e metas perseguidas, como afirma González de Gómez (2006, p. 69):

“Tanto com respeito a imagens, quanto a linguagens formais e códigos especializados, o julgamento de validade dependeria da pertinência e compartilhamento das metas ilocucionárias dos participantes num processo epistêmico-comunicacional. Os elos de confiança e compromisso do ato de “buscar entendimento mútuo” independem dos meios. Um mesmo texto (conjunto de proposições logicamente articuladas) ou as mesmas representações cinéticas (modelização de transformações celulares ou biogenéticas) podem mediar diferentes compromissos comunicacionais em diferentes contextos de integração social”.

Com base análise de Latour da mediação técnica como composição, percebemos que objetivo composto da exposição é constituído pela realização comum de cada agente transladado e, portanto, esse se torna dependente tanto da participação quanto da delegação do compromisso comunicacional aos agentes envolvidos. Se as ações e os profissionais envolvidos no processo de concepção e montagem das exposições perseguirem entendimento mútuo baseados numa matriz gnosiológica pragmática, os fins ilocucionários definirão os objetivos da composição museográfica numa coordenação dos meios baseada na cooperação e na inclusão do ponto de vista do público. Nesse sentido, como espaços de mediação, as exposições se definem pela possibilidade de arregimentar novos coletivos, promovidos pela problematização das ações destes em diferentes momentos e contextos.

2.3 Entrelaçamento do tempo e espaço

Ao mesmo tempo em que a mediação como associação possibilita uma coordenação baseada na cooperação, o entrelaçamento de tempo e espaço promove o processo de obscurecimento das mediações técnicas ocultando a produção do conjunto de atores e artefatos (LATOUR, 2001, p.211).

No âmbito dos museus, a ação de retirar um objeto do seu uso para ingressar num acervo museológico constitui o início de uma cadeia de produção de documentos, que visa à transformação de um determinado olhar⁵ numa inscrição⁶. Por uma série de operações técnicas e de mediação, como a identificação, a descrição da sua forma, o registro de seu contexto e trajetória, em que participam técnicos, pesquisadores, equipamentos e instrumentos, confere-se ao objeto, ao mesmo tempo, uma mudança de lugar e estatuto (CERTEAU, 1995, p.30).

Ao observar o objeto, não se imagina que a construção de um documento envolve uma cadeia de processos tanto intensa quanto extensa. Da sua fabricação até a sua mobilização como representação, o *status* de documento advém da cadeia completa que culmina com a mudança de lugar atrelada aos processos de mediação e as suas atividades de organização, classificação e catalogação do acervo institucionalizado. Neste trabalho das inscrições pretende-se fixar, ao mesmo tempo, o mínimo necessário de informação para o rápido acesso ao objeto e o máximo possível para, uma vez encontrado, complementar a pesquisa

⁵ Num primeiro momento, o olhar de quem musealiza o objeto.

⁶ Termo utilizado por Latour (2000, p.369).

(LATOUR, 2000, p.369). A integração destas informações em um suporte de fácil apreensão pelo olhar e, portanto, de estudo e manipulação, confere valor ao documento e possibilita o seu amplo uso como referência em publicações e relatórios. A confiabilidade e garantia, advindas das “provas” coletadas e depositadas nos museus; como livros, imagens, depoimentos, cartas e catálogos, asseguram o caráter documental do objeto na medida em que este se insere numa rede relacional de imagens, artigos e pesquisadores, construídas a partir de um objeto de estudo - o objeto.

Ao mudar de lugar e estatuto atribuímos o caráter de signo ao documento (CERTEAU, 1995, p.31). Nessa qualidade, o objeto é menos o efeito de um olhar do que a resultante de uma série de operações técnicas e de mediação com a finalidade de objetivação e exteriorização da informação que, uma vez institucionalizada, assegura o seu caráter documental. Produzida para subverter o tempo e o espaço, a inscrição tem por característica ser móvel, estável e combinável, assim como garantir que a informação esteja estruturada de tal maneira a permitir o seu domínio pelo simples olhar (LATOUR, 2000, p.363).

Entretanto, o processo de musealização do objeto entrelaçando tempo e espaço culmina no obscurecimento das mediações técnicas e tende ao congelamento de suas inscrições, permanecendo fixados, na maioria dos casos, os significados oriundos do seu contexto original de produção ou uso. Isso acaba por circunscrever o objeto a um ponto numa sequência de ação, aceito e determinado por sua função, tornando-se num intermediário ou atuante. A passagem do objeto museológico de atuante para mediador não pode prescindir mais uma vez de uma mudança de lugar e de estatuto. No nosso caso, necessariamente teremos que mobilizar coletivos, composto por pessoas, equipamentos, instrumentos e objetos, em ações “compostas de passos numa sequência que integra vários gestos humanos” (LATOUR, 2001, p.211).

Na visão de Habermas (1989, p.31), para inseri-lo num espaço definido pelo agir comunicativo, o primeiro passo seria compreender este objeto no seu contexto de produção, entendendo as regras constituintes das formações simbólicas que definiram, em última instância, o seu modo de integração. Na ótica de Latour (2001), deveríamos abrir a caixa de pandora, tentando reverter o obscurecimento causado pela consolidação das mediações para descobrir as controvérsias que em determinado momento circunscreveram a existência daquele objeto.

Na nossa perspectiva, trata-se de um triplo movimento. Partindo de seu contexto de produção e das regras constituintes, analisar não apenas sob o seu aspecto cognitivo, mas também moral e expressivo, rastreando seu programa de ação de forma a evidenciar a sua

inserção em diferentes coletivos e resgatar as chamadas “controvérsias” que o originou. Neste caso, explora-se a trajetória circunscrita da existência material e temporal do objeto no mundo ou como o conceito de Deleuze, a sua potencialidade.

Num segundo movimento, indo além de sua existência material, caberia buscar as “questões de preocupação” mobilizadoras de sua ocorrência e rastreá-las na sua virtualidade de forma a problematizar expograficamente, em seus processos argumentativos e simbólicos, outras atualizações e suas respostas condicionadas em determinados tempos e lugares. Trata-se, aqui, de assumir e evidenciar a complexidade das questões que perpassam a construção de nosso mundo.

O terceiro movimento se refere à mobilização dessas questões atuais no âmbito da esfera pública. Trata-se de identificar os chamados “coletivos” de Latour e trabalhar cooperacionalmente na construção do espaço de mediação expositivo de forma a evidenciar as diferentes argumentações e suas respectivas expressões simbólicas em torno destas questões, a partir de regras compartilhadas e repactuadas buscando fins ilocucionários em função das condições e necessidades de cada coletivo envolvido.

Portanto, excluem-se os processos lineares, evolutivos, disciplinares e pontualizados de organização das exposições nos museus, abrindo espaço para ações transversalizadas, cooperacionais, inter e transdisciplinares, e distributiva. Abandona-se assim a narrativa “mestre”, uma vez que as coisas são locais, contingentes, históricas, complexas e múltiplas (LATOURE, 2001, p.242). As ações têm como objetivo promover, ainda que no plano meta-comunicacional, uma integração social e epistemológica que não passe pela sobrevalorização dos meios, em particular daqueles ligados ao poder institucional ou a influência do mercado, mas que busque o enriquecimento da experiência tanto pelo efeito vinculante⁷ do ato comunicativo que se manifesta no âmbito intersubjetivo das práticas, quanto pelo compartilhamento das regras e condições em jogo nestes espaços garantindo o resgate das pretensões de validade acerca de saberes, práticas e expressões.

2.4 Transposição de fronteiras entre signos e coisas

A mediação como significado da transposição de fronteiras entre signos e coisas envolve também a operação que Latour (2001, p.217) denomina como delegação. As técnicas modificam tanto a forma quanto a substância de nossa expressão, e produzem significado pela

⁷ o efeito *binding/bonding*.

articulação que atravessa a fronteira racional entre signos e coisas. Tal articulação é denominada de delegação, uma vez que ocorre não somente um desvio com a translação de objetivos e funções, mas também a alteração da própria substância expressiva.

Nos museus de ciência, a delegação se fez presente na exposição quando deslocamos os conceitos científicos do plano da justificação para o experimento no contexto da descoberta, transladando tanto o lugar de produção do significado e da teoria para o experimento, quanto a sua ação em termos de tipo de expressão, das palavras ou discurso para o objeto.

Na concepção de Latour (2001, p.217), a transição não foi do discurso à matéria, uma vez que para os profissionais de museus o experimento representava uma “articulação significativa” em uma gama de proposições, permanecendo-se assim no âmbito do significado, mas não do discurso. Contudo, mesmo no âmbito do significado, a sua natureza foi alterada com a associação com outro agente e a própria modificação da substância de expressão. De fato, não apenas transportamos o experimento para outro espaço e tempo como o transformamos em outro ator, na medida em que desaparece uma série de enunciadores (cientista, pesquisadores, designers etc.) e o enunciado, substituídos pela delegação a um artefato.

No entanto, ao entender as exposições como um espaço comunicacional que tem como objetivo o entendimento intersubjetivo mútuo, ainda que se realize uma mediação de delegação, não se pode prescindir do âmbito do discurso. O processo de entender e conhecer vai mais além do que a percepção dos objetos ou das coisas, ainda que representem uma “articulação significativa”. Como afirma Paulo Freire (1977, p.28): “a mera captação dos objetos como das coisas é um puro dar-se conta deles e não ainda conhecê-los”.

O experimento, como modelo interativo, possibilita apenas um deslocamento para baixo, no qual a “co-presença de enunciadores e enunciados restringe-se a um único quadro de referência num ponto no tempo e espaço” (LATOUR, 2001, p.217). O experimento passa a ser visto como “instituições–objeto”, ao qual “se delegou a tarefa de movimentar-se” enquanto cientistas, teorias, museólogos, designers estão ausentes e no qual foram reunidos todos os seus quadros de referência. Como afirma Latour (2001, p. 217), esse novo híbrido “transfere atos passados para o presente, permitindo aos seus muitos investidores desaparecer sem deixar de estar presentes. Semelhantes desvios subvertem a ordem do tempo e espaço”.

Na nossa perspectiva, as exposições dos museus não podem se restringir ao deslocamento para baixo, no qual ficaríamos presos aos artefatos técnicos, ou ao deslocamento para fora, rumo aos fatos científicos ou mesmo a um deslocamento para dentro,

restritos a um conceito ou teoria. Nesse caso, muda-se a própria ancoragem da mediação, não mais na materialidade do objeto, mas na sua ocorrência como resposta a questões virtualizadas que perpassam tempo-espço como problemas complexos que desafiam por vezes a criatividade humana na construção de um mundo comum.

O que está sendo proposto, em termos de mediação para as exposições, é a possibilidade do participante ocupar simultaneamente outros quadros de referência em diferentes pontos no espaço e tempo ancorados no objeto-questão. Para tal, é necessário lançar mão de múltiplos deslocamentos para dentro, para fora e para baixo, que remetem respectivamente ao plano de referência original, de um plano de referência para outro e para um determinado material expressivo. Os três deslocamentos associados possibilitarão evidenciar como, em diferentes quadros de referência que variam também espaço temporalmente, o material argumentativo e expressivo, foi modificado em função das condições materiais vigentes.

Assim, completa esta trajetória de deslocamentos a expressão atual deste objeto-questão trabalhada de forma argumentativa e expressiva, numa abordagem cooperacional com os coletivos que estão afetos ao tema. Esse movimento visa ancorar o objeto-questão nas comunidades intersubjetivas do nosso tempo, com suas tradições culturais, mas também nas demandas e necessidades, que numa elaboração coletiva, precisam se orientar tanto pelo entendimento mútuo quanto pelas informações pertinentes sobre o estado atual da questão, incluindo as ações e meios disponíveis para buscar caminhos e soluções.

O conceito de mediação de Latour tenta compreender a existência de um “ponto cego” onde sociedade e matéria trocam propriedades, que denomina de “zona de articulação” (2001, p.219). É exatamente para essa “zona de articulação” que o presente estudo propõe trazer o objeto museológico. Isto porque, como colocado pelo autor, “objetos que existem simplesmente como objetos, apartados de uma vida coletiva, são desconhecidos, estão sepultados” (2001, p.219).

As instituições, através de ações intencionais, têm como reposicionar os objetos museológicos, assumindo a sua qualidade de mediadores, abrindo a caixa de pandora e evidenciando como estes se misturaram e continuam se misturando aos coletivos, compostos de objetos, humanos, conceitos, questões, teorias, que podem se apresentar na forma de “uma unidade ou de um labirinto que oculta multiplicidades”.

Pensando na exposição como uma ação comunicativa, entendemos que neste “espaço de articulação” criado pelas mediações podemos constituir uma “zona de troca” em que os

atores se relacionam articulando saberes, práticas, valores e expressões, pertinentes as suas formas de vida.

No âmbito da pesquisa e concepção das exposições, esse patrimônio cultural se volta para explorar uma temática, numa ação comunicativa que objetiva um trabalho cooperacional com um fim comum: a problematização de questões de interesse público. Essa ação possibilita tanto a integração social e epistemológica pelas práticas intersubjetivas, em contraposição aquela de caráter funcional ou por meios, quanto à compreensão, pela experiência e reflexão, da natureza eminentemente social do conhecimento. O movimento remete à necessidade de ampliação da abrangência e complexidade das temáticas e questões das exposições, através de ações transversais e de mediação que visam no plano metacomunicacional, o enriquecimento da experiência museológica.

Ampliando este olhar, entendemos que os objetos, vistos tanto como aqueles do conhecimento, quanto aqueles da cultural matéria, possibilitam problematizar temas e áreas do saber até então tidos como “inquestionáveis”, de forma que a dimensão da reflexão crítica possa também associar ao domínio da razão, os valores, a estética e a ética até então excluídas pelo predomínio da esfera cognitiva.

Quanto à cultura material, esta tem seu espaço de inserção ampliado uma vez que a variabilidade de uso das representações materiais no mundo de vida possibilita o alargamento do seu significado de forma a se tornarem importantes nos jogos de linguagem partilhados localmente pelas diferentes formas de vida. Essa simetria, com o conceito do significado de uma palavra, utilizado por Wittgenstein, foi proposta também por Peter Galison (1999, p.401) em relação à cultura material. Ela permite também re-posicionar o objeto nos processos argumentativos de Habermas à luz de sua importância não apenas como suporte ou apoio ao discurso, mas como questão que merece ser analisada, tal como os jogos de linguagem, na dimensão de seu uso em contextos com regras e dinâmicas próprias.

Não se pode esquecer que as representações não substituem a contraposição de visões de mundo na argumentação e que, no plano do discurso expositivo, estas têm que ser explicadas em função das suas regras e contextos de produção, tanto aquele de origem quanto de sua transformação em objetos simbólicos. Esses movimentos permitem recolocar o objeto material nos processos de compreensão e entendimento, estes determinantes da própria liberdade e autonomia para produção de novos sentidos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006, p.69).

Em tal configuração, a “zona de troca” abre o espaço comunicativo do museu para o novo, para a imaginação e a invenção. Por isso mesmo, ela não pode ser medida por um padrão externo de completude, precisão ou exatidão. Através dela pode-se ir além da reificação das estruturas, dos agenciamentos, dos objetos e dos sujeitos, uma vez que é sempre uma troca no processo de vir a ser.

3. Considerações finais

A escolha por dialogar com a teoria de Bruno Latour residuiu na possibilidade de contemplar uma reflexão que integrasse as estruturas e o agenciamento no âmbito das exposições em museus. Essa teoria permitiu configurar o processo de mediação, que pelo seu adensamento num determinado tempo e espaço, possibilita cunhar a noção de “zona de troca”⁸ capaz de operar dialeticamente com a invariância de uma estrutura comunicacional, necessária para a comensurabilidade das linguagens e mundos, e a flexibilidade, importante para lidar a pluralidade de agenciamentos.

Portanto, o desafio a ser superado será a construção de uma “zona de troca” capaz de manter-se aberta e transparente nas suas intenções e motivações para os agentes promovendo uma articulação de saberes, práticas, valores e expressões dos agentes envolvidos nos processos comunicacionais de produção e circulação das exposições. Este desafio encontra na análise deste texto a possibilidade de compreensão das práticas sociais e materiais dos processos técnicos de mediação das exposições.

Referências

CERTEAU, Michel de. A Operação histórica. In: **História: novos problemas**. Organização Jacques Le Goff e Pierre Nora; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.17-48.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro; Graal, 1988.

⁸ O físico Peter Galison (1997) elaborou o conceito de “zona de troca” para definir a interação entre integrantes de diferentes subculturas, que resulta na estabilização de práticas e numa ação que coordena as crenças. Galison estuda como essas zonas de coordenação funcionam numa colaboração entre ciência e tecnologia. Para tal, analisou a dinâmica das “zonas de troca” na Física, mostrando que construtores de instrumentos, teóricos e laboratoristas reúnem-se para partilhar conhecimentos e coordenar os diversificados elementos da cultura científica: teorias, máquinas, evidências e argumentos.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p.

GALISON, Peter. Culturas etéreas e culturas materiais. In: GIL, Fernando (Coord.). **A Ciência tal qual se faz**. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Edições João Sá da Costa Ltda., 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: Quesotes epistemológicas, consequências políticas. In: _____. **Política de memória e informação**, Natal: EDUFRN, 2006. p.29-84.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 330p.

HEIZER, Alda. **Observar o céu e medir a terra**: Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889. 2004. 204 f. Tese (Doutorado em Ensino e História das Ciências da Terra) - Unicamp, Programa de Pós-graduação em Ensino e História das Ciências da Terra, 2005.

VAN HELDER, Albert; HANKINS, Thomas. Instruments in the History of Science. **OSIRIS**. v. 9, 1994.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 438 p.

LATOUR, Bruno. **A esperança de pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001. 372 p.

LATOUR, Bruno. From realpolitik to dingpolitik: or how to make things public. In: LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter (Eds.). **Making things public**: atmospheres of democracy. Cambridge, MA: MIT Press, 2005a. Disponível em: <<http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/96-DINGPOLITIK2.html#ftn2>>. Acesso em: 05 out. 2005.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos IG/UNICAMP**, São Paulo, v.6, n.1, p.3-56, 1996. Trad. de artigo publicado nos *Annales ESC*, v. 50, n.3, maio/jun 1995. **ciência tal qual se faz**. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Edições João Sá da Costa, 1999.

ROCHA, Luisa Maria G. M. **Construindo novos planos de interatividade**: proposta teórico-metodológica de ação comunicacional e informacional nas exposições dos museus de ciência. Tese de doutorado em Ciência da Informação, IBICT/UFF, Rio de Janeiro, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 222 p.